

# NUPIR

## BOLETIM INFORMATIVO

Janeiro a Março de 2026 | 7ª Edição



# SUMÁRIO

**01**      **Atuações de Destaque**

**02**      **Atividades**

**03**      **Dicas - Materiais de Apoio**

**04**      **Contatos**





# BOLETIM NUPIR

O boletim oficial do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais

## ATUAÇÕES DE DESTAQUE

### Nupir se reúne Ministério da Educação e com Instituto Geledés

No dia 03/03, o Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais

(Nupir) se reuniu com representantes do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), para discutir estratégias de implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) no Estado, incluindo a criação de uma rede de cooperação com o Ministério Público e ações de formação para gestores e educadores.

**Núcleo discutiu implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola em SP**

Em 04/03, o núcleo se reuniu com o Instituto Geledés (foto) para retomar atividades previstas em termo de cooperação técnica, com foco



Núcleo de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais

em estudos sobre programas de bolsas para pessoas negras no sistema de Justiça, na realização de uma oficina sobre ações afirmativas e na capacitação sobre protocolos de julgamento com perspectiva de gênero e raça do Conselho Nacional de Justiça.

## **Nupir e Edepe promovem curso de justiça territorial para comunidades tradicionais**

**Foram discutidos casos emblemáticos, trajetórias de atuação, desafios de atendimento e experiências e demandas das lideranças comunitárias**

O Núcleo de Promoção da Igualdade Racial e Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (Nupir) e o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, com apoio da Edepe, ministraram aulas do “Curso de Direito ao Território Ancestral – Experiências de Justiça Territorial”, nos dias 24 e 26 de fevereiro e 3, 5 e 7 de março. O objetivo foi interligar profissionais com experiências em casos de justiça territorial, a fim de enriquecer o debate sobre ações e medidas estratégicas para assegurar direitos fundamentais ligados aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo o direito ao território, que permite a continuidade de suas vivências ancestrais.



Foram compartilhados casos emblemáticos e trajetórias de atuação, em cenários nacionais e internacionais, analisando êxitos, percalços e resultados. No encerramento, lideranças tradicionais

abordaram os desafios específicos do atendimento pela DPE-SP, destacando a importância da presença direta da instituição nos territórios tradicionais e de uma coalizão de esforços em prol da pauta, com o objetivo de encontrar soluções eficazes e estabelecer precedentes favoráveis.



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

## NCDH, Neij, Nupir e Edepe apresentam Rede Apoia em roda de conversa

Na segunda-feira (09/03), a coordenação da Política Rede Apoia, o NCDH, o Neij e o Nupir, com apoio da Edepe, realizaram uma roda de conversa sobre a Rede Apoia. A Defensora Coordenadora Andrea Haddad apresentou relatório com análises quantitativa e qualitativa dos atendimentos, com foco nos perfis das vítimas e dos familiares atendidos e nas circunstâncias dos casos.

Durante a escuta dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, foram discutidos os principais obstáculos para garantia do acesso à Justiça, memória e verdade às vítimas de violência de Estado e seus familiares, assim como aprimoramentos da política institucional e ampliação da

participação social. Estiveram presentes Movimento Independente Mães de Maio, Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, CEDHEP Campo Limpo, Mães em Luto da Leste, Vozes da



Periferia (Bauru), Geledés, Coalização Negra por Direitos, Movimento Negro Unificado, entre outros.

Na quarta-feira (04/03), representantes do NCDH, do Nupir e da Rede Apoia compareceram ao lançamento do Centro de Memória das Vítimas da Violência de Estado (CMVV) e de apresentação do Centro de Acesso a Direitos e Inclusão Social (Cais) Mães por Direitos, em Santos (foto). Fruto de articulação entre Movimento Independente Mães de Maio, Iniciativa Negra por uma Nova



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

Política sobre Drogas, Conectas e Governo Federal, o CMVV em Santos funcionará como projeto-piloto nacional. O Cais Mães por Direitos,



uma cooperação técnica entre Unifesp e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) do Ministério da Justiça, busca estruturar uma política nacional voltada à memória, à verdade, à reparação, à prevenção e ao cuidado com famílias afetadas pela violência de Estado.

## **Nupir afasta exigência ilegal de cartório de Mongaguá que impedia registro de associação quilombola**

### **Oficial de Registro demandou certificação do Incra para registrar ata de fundação e estatuto de associação da comunidade quilombola Rio Mineiro**

Por meio de Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência, o Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (Nupir) conseguiu afastar a exigência ilegal, imposta pelo Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Mongaguá, de certificação do Incra como condição para o registro da ata de fundação e do estatuto de associação de moradores da comunidade quilombola Rio Mineiro.

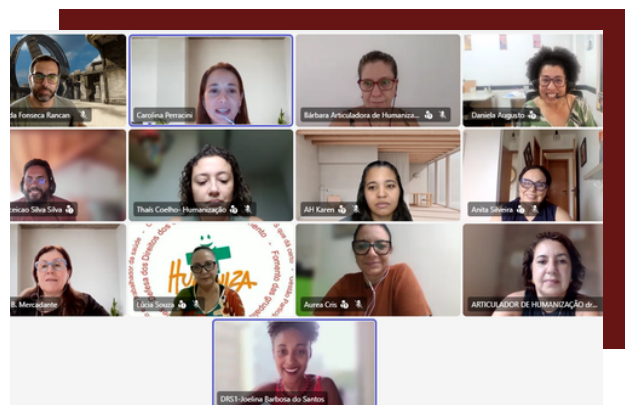
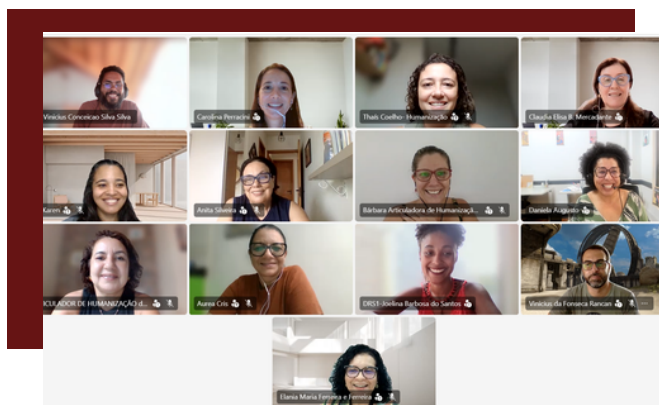
O Ministério Público se manifestou pela extinção do feito ou conversão em suscitação de dúvida, o que foi impugnado pela Defensoria. O juízo entendeu que a exigência extrapola o controle formal do registro e configura ingerência indevida na autonomia organizacional da comunidade e afronta à liberdade de associação e à autodeterminação. Reconheceu que a ausência de registro impede a aquisição de personalidade jurídica, agravando a vulnerabilidade dessa população.



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

## NUPIR participa de encontro para discutir o racismo no SUS

No dia 18 de março de 2026, o NUPIR participou de um encontro promovido pela Secretaria Estadual da Saúde para discutir o racismo no SUS e como isso afeta o atendimento à população negra. O grupo também reforçou a importância de combater o racismo obstétrico e sensibilizar as equipes de saúde para cuidar melhor das mulheres negras e indígenas. O evento foi mais um passo para tornar o sistema de saúde mais justo e acolhedor para todos



## Nupir atende demandas de Direito de Família de população indígena na capital

O Nupir realizou, na sexta-feira (20/03), um mutirão voltado às pessoas indígenas no Centro de Convivência Intergeracional (CCInter) Jaraguá, na



capital. A ação teve como focos a prestação de orientações jurídicas e o atendimento de demandas na área de Direito de Família. Foram registrados casos relacionados a

violência doméstica e familiar, com pedidos de medida protetiva, e a guarda, direito de visita e adoção de adolescentes por parentes próximos



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

# Roda de Conversa sobre Violência Obstétrica

## Promove Educação em Direitos e Equidade no SUS em Pirituba

No dia 24 de março de 2026, foi realizada, no auditório da Faculdade Anhanguera, em Pirituba zona norte de São Paulo, uma atividade de Educação em Direitos por meio de roda de conversa com o tema: violência obstétrica. A atividade integrou o encontro mensal promovido pela Supervisão Técnica

de Saúde, que reúne profissionais da saúde que atuam nos diversos serviços públicos municipais de saúde do território.



A discussão abordou a violência obstétrica em suas diferentes dimensões, incluindo o racismo obstétrico e as especificidades do cuidado a pessoas trans, destacando a importância do plano de parto e de práticas alinhadas aos princípios de equidade no SUS.



## NUPIR participa de reunião sobre o protocolo de julgamento com perspectiva racial no MDHC

No dia 24 de março, o Núcleo participou de reunião presencial no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em Brasília para discutir a implementação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



condução desses casos.

O debate também se debruçou sobre os gargalos estruturais do sistema de justiça. Entre os principais pontos críticos discutidos, destacaram-se as barreiras processuais e a resistência institucional que dificultam a plena aplicação do protocolo. A apresentação desses dados serviu como base para fundamentar a urgência de uma atuação mais assertiva e coordenada entre as instituições para garantir que a efetividade normativa do CNJ.

defesa e representação da vítima estejam alinhados às melhores práticas antirracistas.

Durante o encontro, o coordenador do NUPIR, Dr. Vinicius Silva apresentou dados exclusivos do monitoramento de audiências de injúria racial no TJ SP, analisando os impactos da lei 14532/2023 que equiparou o crime ao de racismo. O objetivo foi fornecer um panorama real de como o Judiciário está processando essas mudanças legislativas e identificar padrões na

O Núcleo reforçou a necessidade imperativa de educação contínua, anunciando a realização de um curso de formação e capacitação no segundo semestre de 2026. Organizado em parceria com a Escola da Defensoria Pública, o projeto visa preparar defensores e advogados para atuar sob a ótica da perspectiva racial. A iniciativa busca qualificar o corpo jurídico para lidar com as nuances técnicas e sociais do tema, assegurando que o direito de



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

# ATIVIDADES

## JANEIRO

### **Gestão Territorial e Enfrentamento a Invasões no Tekoa Itakupé**

Em 22 de janeiro, o NUPIR, em conjunto com o DRHD/DPU e a Comissão Guarani Yvyrupá (CGY), realizou atendimento coletivo na Terra Indígena Jaraguá. A diligência visou combater ameaças à gestão territorial por terceiros. Ante a omissão de políticas de proteção durante o processo de titulação, o Núcleo identificou vias de intervenção jurídica para impedir invasões e o uso indevido do território ancestral como pasto, garantindo a integridade da comunidade Guarani.

### **Celebração dos 20 anos da Defensoria Pública de SP**

No dia 28 de janeiro, a DPE-SP celebrou duas décadas de história em solenidade na Sala São Paulo. O evento contou com a presença de autoridades dos Três Poderes e da sociedade civil, com destaque para a participação do Coordenador do NUPIR, simbolizando a centralidade da pauta racial e tradicional na estrutura e no futuro da instituição.

### **Enfrentamento à Violência contra Ambulantes no Brás**

Reunião estratégica no dia 26/01 para tratar da Operação Delegada, com foco na apuração de denúncias de violência praticada contra trabalhadores ambulantes na região central de São Paulo.

### **Revisão do Plano de Manejo em Barra do Turvo**

A pedido da EAACONE, o NUPIR participou, em 26 de janeiro, das discussões sobre a revisão do Plano de Manejo da RDS Quilombos de Barra do Turvo. O foco da atuação jurídica é mitigar impactos negativos na gestão territorial das comunidades quilombolas que se sobrepõem à unidade de conservação, assegurando o direito à consulta e à autodeterminação.

### **Reunião Internúcleos "Rede Apoia"**

No dia 28/01 aconteceu a Discussão técnica sobre a implementação do Ato Normativo DPG nº 219/2022, visando o aprimoramento do acolhimento a vítimas de violência estatal.



### **Plenária Mensal**

Realização no dia 28/01 da primeira Reunião Ordinária do ano para alinhamento das metas e balanço das atividades do núcleo.



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

## **Parceria Jurídica e Atuação no STF**

Em reunião no dia 27/01 entre DPE-SP e o escritório Mattos Filho, discutiu-se a gestão de casos de injúria racial processados via convênio e a articulação jurídica junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para a definição do dolo no crime de racismo.

## **Posse no Conselho da Comunidade Negra (CPDCN)**

O NUPIR no dia 27/01 acompanhou a cerimônia de posse dos novos integrantes do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, realizada no Palácio dos Campos Elíseos. O evento reforça o controle social e a participação da sociedade civil nas políticas de igualdade racial.

## **FEVEREIRO**

### **Protocolo de Julgamento Racial**

Reunião técnica no dia 05/02 com o Prof. Ivair Augusto para debater a aplicação de protocolos que garantam um olhar racializado nas decisões do Poder Judiciário.

### **Defesa de Cotas no STF**

Articulação com a DPE-SC no dia 06/02 para atuação conjunta no STF contra leis estaduais que visam vetar ou limitar o sistema de cotas

### **Consolidação do Plano Estadual da Cultura para Povos Indígenas**

## **Impactos do SmartSampa na Saúde**

Reunião no dia 03/02 com Núcleos Especializados e o CESeC para analisar violações de direitos em equipamentos de saúde que utilizam tecnologias de monitoramento inteligente.

### **Implementação da Lei 10.639**

Diálogo com o Ministério Público de SP no dia 03/02 sobre a efetiva aplicação do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas paulistas.

### **Aprimoramento de Dados (Quesito Raça/Cor)**

No dia 04/02 aconteceu Capacitação da equipe de atendimento (0800) para qualificar a coleta de dados étnico-raciais no sistema DOL, essencial para a produção de diagnósticos de desigualdade.

### **Letramento Racial: Formação de Novos Analistas**

Em 20 de fevereiro, o CAM/NUPIR, representado pela agente Daniela Campos, ministrou aula sobre "Letramento Racial e Atendimento de Pessoas Negras". A atividade integrou o Programa de Integração da EDEPE para os aprovados no 1º Concurso de Analistas Jurídicos, garantindo que a nova força de trabalho da instituição esteja apta a realizar um atendimento antirracista e humanizado.



No dia 8 de fevereiro, o NUPIR representando a Defensoria Pública no Conselho Estadual dos Povos Indígenas participou do lançamento do Plano Estadual da Cultura para os Povos Indígenas de São Paulo. O documento é fruto de um ano de oficinas territoriais e mapeamento de demandas, consolidando diretrizes para a proteção das práticas culturais ancestrais no Estado.

### **Parceria MEC e DPE**

Reunião no dia 09/02 com o Ministério da Educação para discutir a aplicação da Política Nacional de Equidade, Educação em Relações Étnico-Raciais e Quilombolas (PNEERQ) em São Paulo.

### **Racismo Religioso no ABC**

Encontro no dia 12/02 com o Movimento Meninos e Meninas de Rua do ABC para tratar de denúncias de racismo religioso e fortalecer o Conselho Municipal de Igualdade Racial.

### **Planejamento Institucional e Eleitoral**

Além da Plenária Mensal do NUPIR, o núcleo participou da reunião no dia 27/02 do CPDCN para prestar esclarecimentos sobre o processo eleitoral da Ouvidoria da DPE-SP.

## **MARÇO**

### **Monitoramento SmartSampa**

Discussão com coautores da ACP (Ação Civil Pública) no dia 02/03 sobre os desdobramentos judiciais e o cenário atual da tecnologia de monitoramento.

### **Inquérito Civil da Operação Delegada**

Reunião no dia 23/02 com o MP para acompanhamento das medidas jurídicas em curso no inquérito que apura condutas de agentes públicos na capital.

### **Proteção a Terreiros em Caraguá**

Atuação em Ação Civil Pública no dia 24/02 para proteger a integridade de comunidades tradicionais de terreiro no litoral norte.

### **Direito à Língua: Estratégia de Cooficialização em Peruíbe**

Em 25 de fevereiro, o NUPIR reuniu-se com lideranças de 13 aldeias Tupi Guarani em Peruíbe. A atuação visa suprir a ausência de políticas linguísticas municipais, traçando estratégias para o eventual reconhecimento da língua indígena como língua cooficial do Município, fortalecendo a soberania cultural local.

### **Curso de Direito ao Território Ancestral**

Entre o final de fevereiro e o dia 7 de março, o NUPIR, o IBDU e a EDEPE realizaram o curso "Direito ao Território Ancestral - Experiências de Justiça Territorial". O ciclo de debates conectou profissionais e lideranças tradicionais para analisar casos estratégicos nacionais e internacionais, reforçando a importância da presença direta da Defensoria nos territórios para estabelecer precedentes favoráveis às comunidades.



## Cotas na USP

Análise jurídica e debate no dia 02/03 sobre a improcedência de ações que questionam a atuação das comissões de heteroidentificação da universidade.

## Racismo em Guarulhos

Atuação conjunta com o escritório Mattos Filho junto ao COMPIR Guarulhos no dia 12/03 para enfrentamento de casos de racismo no município.

## Enfrentamento ao Racismo no SUS (CAM)

O NUIR e o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) participaram no dia 18/03 de encontro com a Secretaria Estadual da Saúde. A pauta central foi o combate ao racismo obstétrico e a sensibilização de equipes para o atendimento de mulheres negras e indígenas no sistema público.

## Planejamento de Atuação

11/03 - Definição das atividades prioritárias do NUIR dentro do Plano de Atuação Geral da Defensoria Pública para o ciclo 2026.

## Diálogo com GECRADI

Reunião no dia 11/03 com o grupo especializado do MP para alinhar protocolos de julgamento sob perspectiva racial em casos de injúria.

## Vitória Jurídica: Autodeterminação Quilombola em Mongaguá

Em atuação estratégica, o NUIR obteve decisão liminar em Ação Civil Pública para afastar exigência ilegal do Cartório de Registro de Mongaguá. O oficial condicionava o registro da associação da Comunidade Quilombola Rio Mineiro à certificação do INCRA. O Judiciário acolheu a tese do Núcleo, reconhecendo que tal exigência feria a liberdade de associação e a autonomia organizacional da comunidade.

## Confraternização

19/03 - Celebração dos aniversariantes do mês da equipe NUIR, fortalecendo os vínculos internos de trabalho.



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

# DICAS - MATERIAIS DE APOIO

## DATAS IMPORTANTES

### JANEIRO

Dia 09 - Lei 10.639/03- Incluí no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira.

A Lei é um marco na educação brasileira porque rompe com a invisibilidade histórica da população negra e promove

uma visão mais completa e plural da formação do país. Ela não apenas valoriza a cultura afro-brasileira, mas também é uma ferramenta essencial de combate ao racismo e de construção de uma sociedade democrática e igualitária.



.....  
QUER CONHECER MAIS SOBRE Literatura,  
história e cultura afro-brasileira na sala de  
aula? Clique [aqui](#)

**Dia 31** - Tombamento da Serra da Barriga, berço da resistência negra, onde nasceu o Quilombo dos Palmares e viveu seu maior líder, Zumbi dos Palmares. União dos Palmares/AL (1986). o reconhecimento oficial da luta pela liberdade e dignidade da população negra. É um marco que conecta passado e presente, lembrando que a resistência de Palmares continua inspirando a luta contra o racismo

.....  
Quer conhecer mais sobre o Quilombo dos Palmares? Clique [aqui](#)

## MARÇO - CELEBRAMOS AS MULHERES!

É um mês de luta e reflexão sobre os direitos das mulheres em todo o mundo. Falar especificamente das mulheres negras e indígenas é essencial porque elas enfrentam desigualdades múltiplas: além do machismo, sofrem com o racismo, portanto, reconhecer que a luta por igualdade só será completa quando incluir todas as mulheres, respeitando suas origens, culturas e especificidades é uma tarefa de toda sociedade.

.....  
**02/03 - Dia da Mulher Angolana.**

**08/03 - Dia Internacional da Mulher.**

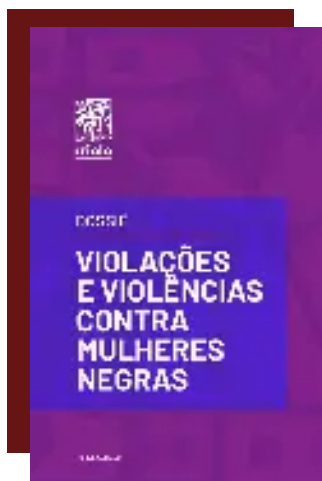
**27/03 - Dia da Mulher Caboverdiana.**



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

## PARA SABER MAIS...

**Dossiê Violações e Violências contra Mulheres Negras** -  
Elaboração, distribuição e informações Criola.



.....  
Clique [aqui](#) para acessar  
.....

## Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM

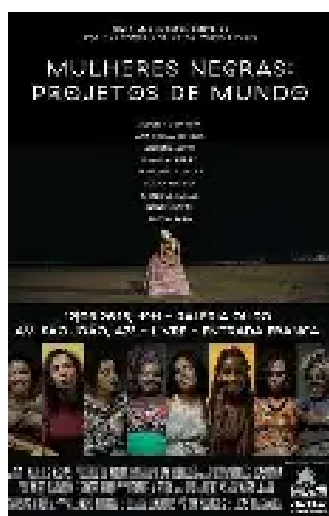
Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. -- Ano 7 (mar. 2025) - . - Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025.



.....  
Clique [aqui](#) para acessar  
.....

## DOCUMENTÁRIOS

**Mulheres Negras: Projetos de Mundo**  
(2019)



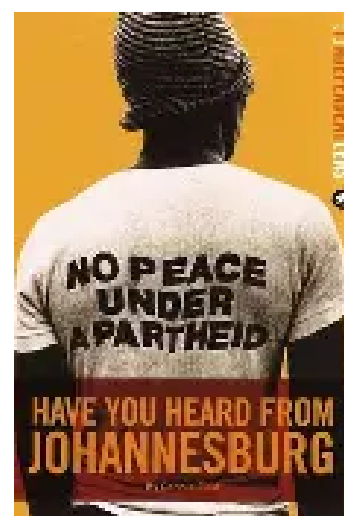
.....  
Assista clicando [aqui](#)  
.....

**"A Última Floresta"** (2021, Luiz Bolognesi) - mostra a vida e resistência do povo Yanomami, com protagonismo feminino indígena.



.....  
Assista clicando [aqui](#)  
.....

**"Have You Heard from Johannesburg?"** (2010) - série documental que aborda o apartheid e inclui episódios sobre Sharpeville.



.....  
Assista clicando [aqui](#)  
.....



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

## CURSOS GRATUITOS

### Democracia e Lutas Antirracistas

Disponível em [Escola Virtual Gov](#)

## DICAS CULTURAIS



EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA NO  
MUSEU AFRO BRASIL  
**BENÇA! QUILOMBO JAÓ PELO  
OLHAR DAS CRIANÇAS**

A partir de 28/03/2026 a 12/07/2026

Saiba mais clicando [aqui](#)

Museu das Culturas Indígenas (MCI)  
Exposição **Nhe'ëry: onde os  
espíritos se banham**

Saiba mais clicando [aqui](#)



### Museu das Culturas Indígenas (MCI)

Visitas Mediadas | Edição Especial  
do Dia dos Povos Indígenas  
18/04/2026, sábado, das 09h30 às  
11h e das 14h às 15h30

Saiba mais clicando [aqui](#)



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

# NOSSO CONTATO

nupir@defensoria.sp.def.br

## TELEFONE

(11) 3489-2706 ramal 2706

## EQUIPE NUPIR

### COORDENAÇÃO

Vinicius Conceição Silva Silva

Eduardo Baker Valls Pereira

### CAM

Daniela Cristina Augusto Campos

### SECRETARIA

Carolina Gelatti Carvalho Arruda

Maria Regina Pereira Lopes

### ESTAGIÁRIAS(OS)

Isadora Rodrigues dos Santos

Mariza Gomes Brito

Juliana dos Santos Oliveira

Cristiana Elizabeth Fortuna Adão

Romário Brito dos Santos

Luana Diniz Rodrigues

Thais Viana Maia

Samara Kenia Adelino Santiago



Núcleo de Promoção da  
Igualdade Racial e de Defesa dos  
Povos e Comunidades Tradicionais

